

**PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DE PROJETOS
DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM COMUNIDADES
RURAIS OU RURBANAS**

*Wellington Dantas**

“Onde não há conselho fracassam os projetos, mas com os muitos conselheiros, há bom êxito.” – Provérbios. 15:22.

Resumo: Apresentam-se algumas idéias a respeito de um método para avaliar projetos nos quais se acham integradas ações nos setores econômicos e sociais, com o objetivo de melhorar o nível de vida de comunidades rurais ou urbanas pobres. Da experiência acumulada durante o período 1980-84 no PROCANOR resulta um programa social do Governo Brasileiro para a zona canavieira litorânea do Nordeste do Brasil. O método foi formulado para o PROCANOR como um instrumento para orientar a elaboração e avaliação de projetos, de acordo com critérios e um montante global de recursos definidos em nível político. O método tenta reunir, num único indicador, os requisitos contidos nos critérios, tais como o uso eficiente dos recursos públicos, a integração de ações nos setores econômicos e sociais, a participação das comunidades e sua contribuição com os recursos exigidos pelos projetos, através de esquemas de auto-ajuda.

* Economista da SUDENE, Membro da equipe que formulou as Diretrizes do PROCANOR e vice-presidente de sua Comissão Executiva. Este artigo foi concluído no mês de março de 1984.

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe um método para a avaliação de certos conjuntos integrados de ações de desenvolvimento em comunidades de baixa renda, denominados “projetos de desenvolvimento social”. Tais projetos são conceituados e caracterizados no curso do Trabalho, que os apresenta como um dos instrumentos para superar a dicotomia entre o “social” e o “econômico”, crescentemente instalada em programas governamentais e na maneira de encarar a questão da pobreza, não só no setor público como nos meios técnicos e acadêmicos. O artigo inspira-se na concepção do PROCANOR,* cujos projetos, através de seus objetivos e características, entre as quais figura a integração, têm influência determinante na construção do critério de avaliação proposto.

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira expõe o conceito de “projeto de desenvolvimento social”; a segunda analisa a integração e apresenta um procedimento para medi-la; a terceira propõe um critério de avaliação e a quarta apresenta dois exemplos de aplicação.

1. CONCEITUAÇÃO

Define-se como “projeto de desenvolvimento social”, neste trabalho, aquele que visa a beneficiar diretamente uma comunidade de baixa renda,** provendo-a com as condições básicas de vida e meios para sua promoção eco-

* Programa Especial de Apoio às Populações Pobres das Zonas Canavieiras do Nordeste, criado pelo Decreto n. 85.239, de 7 de outubro de 1980.

O PROCANOR é um programa destinado a comunidades rurais ou rurbanas de baixa renda. Tenta integrar, em seus projetos, ações de cunho social com medidas direcionadas para a melhoria das condições de renda e ocupação, com prioridade para o acesso à posse da terra.

** O conceito de “baixa renda” é relativo. No PROCANOR ele abrange as famílias com até dois salários mínimos de renda média mensal.

nômica e social, cujos recursos financeiros consistem de transferências(2) ou de uma combinação destas com recursos reembolsáveis, obtidos a taxas de juros e prazos compatíveis com a capacidade de pagamento dos beneficiários e com a importância social presumível das atividades financiadas.

A exemplo do que dispõem as Diretrizes do PROCANOR,(4) as comunidades de baixa renda a serem beneficiadas pelos projetos poderão enquadrar-se em algum dos seguintes tipos de situação:

- a) povoados e vilas;
- b) periferias urbanas;
- c) vilas construídas para assentar trabalhadores rurais e pequenos agricultores (agrovilas);
- d) zonas de concentração de pequenos agricultores.

Tais projetos incluem, em geral, os seguintes subprojetos:

- a) atividades fundiárias;
- b) infra-estrutura básica;
- c) habitação;
- d) promoção do emprego e da renda;
- e) educação;
- f) saúde;
- g) associativismo e participação.

O detalhamento dos subprojetos acima não é necessário para a compreensão deste artigo.

2. INTEGRAÇÃO

A integração é uma das características fundamentais dos “projetos de desenvolvimento social”, visto que certo nível mínimo de atendimento é con-

3.2. Critério de Avaliação

Tomando-se como referência um projeto integrado do tipo definido anteriormente, a base para o critério de avaliação é constituída pela relação

$$\frac{R}{S + A + E}$$

em que:

R é a soma dos incrementos de renda real das famílias da comunidade beneficiária, gerados por atividades produtivas próprias e atribuíveis aos investimentos do projeto ou a qualquer das intervenções nele contidas.

S é a soma dos investimentos nos subprojetos de natureza social (exemplos: educação, saúde, associativismo e participação, etc.).

A é a soma dos custos no conjunto das atividades-meio, ou seja, administração, apoio e acompanhamento, assistência técnica, etc. Não se inclui na soma a parte dos custos que é coberta pelos órgãos executores. Isso constitui um mecanismo de mobilização dos recursos desses órgãos e um incentivo à sua participação nos custos do projeto, visto que concorre para aumentar o valor da relação acima e atende ao item d do critério do PROCANOR.

E é a soma dos investimentos nas atividades de promoção do emprego e da renda incluídas no projeto.

Tanto R como S, A e E estão, em geral, distribuídos no tempo, sob a forma de fluxos de caixa a serem descontados a uma taxa de juros dada, antes de serem agregados.*

* Em geral, os termos R, S, A e E serão obtidos através do cálculo das seguintes expressões:

$$R = \sum_{j=1}^n R_j \frac{1}{(1+i)^j} ; \quad S = \sum_{j=1}^n S_j \frac{1}{(1+i)^j}$$

$$A = \sum_{j=1}^n A_j \frac{1}{(1+i)^j} ; \quad E = \sum_{j=1}^n E_j \frac{1}{(1+i)^j}$$

Não se inclui N_1 no numerador da expressão acima por ser a soma dos habitantes beneficiados por um e somente um dos diferentes subprojetos, o que não se coaduna, evidentemente, com o conceito de integração.

3. AVALIAÇÃO

3.1. Objetivos da Formulação do Critério de Avaliação

São os seguintes os objetivos da formulação do critério de avaliação:

- a) fornecer aos decisores elementos para uma visão objetiva dos méritos relativos dos projetos que disputam entre si os recursos necessários à execução;
- b) orientar o trabalho das equipes de elaboração e dar-lhe maior objetividade, através do conhecimento prévio dos aspectos que devem ser postos em evidência para aferição do mérito dos projetos;
- c) oferecer elementos à avaliação "ex-post";
- d) fornecer subsídios para a avaliação do programa como um todo (que não constitui objeto de interesse deste trabalho).

A formulação do critério de avaliação procura atender à norma estabelecida nas Diretrizes do PROCANOR,(4: 11) que considera prioritários os projetos portadores das seguintes características:

- a) de maior relação benefício/custo por família atendida;
- b) com menor custo de administração;
- c) que internem, em maior grau, seus gastos monetários nas comunidades beneficiárias;
- d) em que haja maior participação dos agentes executores no financiamento;
- e) em que ocorra maior participação e mobilização das comunidades beneficiárias.

3.2. Critério de Avaliação

Tomando-se como referência um projeto integrado do tipo definido anteriormente, a base para o critério de avaliação é constituída pela relação

$$\frac{R}{S + A + E}$$

em que:

R é a soma dos incrementos de renda real das famílias da comunidade beneficiária, gerados por atividades produtivas próprias e atribuíveis aos investimentos do projeto ou a qualquer das intervenções nele contidas.

S é a soma dos investimentos nos subprojetos de natureza social (exemplos: educação, saúde, associativismo e participação, etc.).

A é a soma dos custos no conjunto das atividades-meio, ou seja, administração, apoio e acompanhamento, assistência técnica, etc. Não se inclui na soma a parte dos custos que é coberta pelos órgãos executores. Isso constitui um mecanismo de mobilização dos recursos desses órgãos e um incentivo à sua participação nos custos do projeto, visto que concorre para aumentar o valor da relação acima e atende ao item d do critério do PROCANOR.

E é a soma dos investimentos nas atividades de promoção do emprego e da renda incluídas no projeto.

Tanto R como S, A e E estão, em geral, distribuídos no tempo, sob a forma de fluxos de caixa a serem descontados a uma taxa de juros dada, antes de serem agregados.*

* Em geral, os termos R, S, A e E serão obtidos através do cálculo das seguintes expressões:

$$R = \sum_{j=1}^n R_j \frac{1}{(1+i)^j} ; \quad S = \sum_{j=1}^n S_j \frac{1}{(1+i)^j}$$

$$A = \sum_{j=1}^n A_j \frac{1}{(1+i)^j} ; \quad E = \sum_{j=1}^n E_j \frac{1}{(1+i)^j}$$

Somando-se as três últimas variáveis acima, tem-se o custo total (atualizado) do projeto, que será:

$$D = S + A + E$$

A expressão $\frac{R}{S + A + E}$ é uma relação benefício/custo que, no caso em

pauta, mostra dois inconvenientes:

- tende a apresentar valor inferior a 1, visto que S e A sobrecarregam os custos do projeto, sem elevar com a mesma presteza a renda dos beneficiários, ou seja, o numerador R. Isso conduzirá à rejeição do projeto, caso se aplique a regra de decisão segundo a qual não devem ser realizados projetos com relação benefício/custo inferior a 1; (1: 53)
- fornece apenas um número abstrato e, por conseguinte, não leva em conta a dimensão do projeto. Nos “projetos de desenvolvimento social”, a dimensão pode ser representada pelo número N dos habitantes de sua área. Esta é definida em função da comunidade local e suas necessidades e interesses, de maneira que qualquer de seus habitantes é beneficiado por, pelo menos, um dos subprojetos, o que torna N plenamente significativo. Com a sua inclusão, o critério passa a ser expresso da seguinte maneira:

$$C = N \times \frac{R}{S + A + E}$$

Para atender ao item b das diretrizes do PROCANOR, que privilegia os projetos com menor custo de administração, considera-se um conjunto de atividades-meio constituído por administração, apoio, acompanhamento e assistência técnica.

Seja α o quociente da divisão dos custos dessas atividades pelos custos totais do projeto, no horizonte temporal que lhe é fixado, isto é, $\alpha = \frac{A}{D}$.

Em consequência, a parte dos recursos totais destinada às atividades-fins será $(1 - \alpha)$. Com a inclusão deste fator, o critério passa a ser:

$$C = N \times \frac{R}{S + A + E} (1 - \alpha)$$

Já se viu, anteriormente, a importância da integração. Pode-se afirmar que é ela que dá pleno sentido à presença do número N de beneficiários no critério. Com a inclusão do indicador de integração I, tem-se:

$$C = NI \frac{R}{S + A + E} (1 - \alpha)$$

É conveniente que o critério a ser proposto possa incluir dois fatores de grande importância, que são a participação dos beneficiários (item e do critério do PROCANOR) e a internação da maior parte possível dos gastos monetários na comunidade beneficiária (item c do critério do PROCANOR).

Para isso, são definidas duas variáveis, a saber:

T: total de dias de trabalho necessários à construção das obras de infraestrutura básica, equipamentos comunitários, habitações, bem como investimentos de proveito comum nas atividades de promoção do emprego e da renda.

C: número de dias de trabalho não-remunerado que a comunidade pode prestar, a título de contribuição para a execução do projeto, nas atividades supramencionadas.

Com a inclusão dessas novas variáveis, o critério passa a ser:

$$C = NI \frac{R}{S + A + E} (1 - \alpha) \left(1 + \frac{G}{T}\right)$$

O valor de $\frac{G}{T}$ indica em que medida a comunidade está disposta a ceder ao projeto, no todo ou em parte, seu excedente de força de trabalho.*

Embora este constitua apenas um dos resultados da participação, sua inclusão no critério decorre tanto de sua natureza concreta e mensurável,

* Como afirma NURKSE: "Alguns dos países economicamente atrasados têm grandes massas de desemprego disfarçado na terra, que poderia ser mobilizado para formação de capital." Cf. NURKSE. (3: 74)

como também de um pressuposto de grande importância: que a prestação de trabalho voluntário e gratuito só será possível com uma atuação significativa da comunidade beneficiária no processo decisório que envolve o projeto, este sim, o aspecto essencial da participação.

Não se exige que a comunidade preste trabalho gratuito. Mas se o fizer (exemplo: mutirão para construir habitações, obras de interesse comunitário, etc.) contribuirá para elevar o valor de C e colocar o projeto em vantagem relativamente àqueles em que isso não ocorrer.

Caso o critério forneça valores iguais para dois ou mais projetos, tornando impossível uma decisão, pode-se modificar sua formulação, incluindo outra variável.

Seja

P : soma dos dias de trabalho remunerado prestado pelos trabalhadores pertencentes à comunidade na realização das obras e investimentos mencionados na definição da variável T.

Com a inclusão de P, tem-se:

$$C' = NI \frac{R}{S + A + E} (1 - \alpha) \left(1 + \frac{G}{T} + \frac{P}{T}\right)$$

A relação $\frac{P}{T}$ constitui um indicador da internalização, na comunidade, de alguns dos gastos em mão-de-obra do projeto, que, de outra forma, se dispersariam no ambiente externo mas que são absorvidos pela comunidade, através da contratação da mão-de-obra de seus habitantes. A nova formulação satisfaz o item c do critério do PROCANOR, apresentado na página 779 deste trabalho.

4. APLICAÇÃO

4.1. Considerações Preliminares

A seguir, são considerados dois exemplos, ambos para 160 famílias. Um deles, que se denominará A, corresponde a um projeto de agrovila, na qual

se adquire a terra para localizar uma população, em área antes desabitada. O outro é um PDLI.* As características dos dois projetos são:

PROJETO A

- 1) Maior investimento em infra-estrutura básica, em atividades produtivas (desmatamento, cercas etc.) e em habitação.
- 2) Investimento na transferência das famílias.

PROJETO B

O Projeto B é um PDLI, situado não longe de um centro urbano. Em vista disso, apresenta as seguintes características:

- 1) A área já se acha ocupada, desmatada e aproveitada. Os agricultores a detêm como posseiros ou ocupantes. Há várias benfeitorias realizadas por eles. Os recursos empregados a título de atividades fundiárias destinam-se a indenizações, aquisição de áreas, regularização de títulos, etc. Não há área suficiente para todas as famílias, o que prejudica a integração do projeto. Entretanto, como se trata de uma área próxima ao meio urbano, algumas famílias já têm aí uma fonte de renda, embora precária.
- 2) Não são necessários certos investimentos em infra-estrutura básica e social, como acessos, escola, posto de saúde, etc., pois esses equipamentos e serviços já existem na localidade, cabendo apenas melhorá-los. Entretanto, o atendimento escolar e o de saúde não alcançam todas as pessoas necessitadas desses serviços, o que também prejudica a integração do projeto.
- 3) Os gastos de acompanhamento são menores, porque o projeto se acha mais próximo de um centro urbano e da sede do programa.

4.2. Investimentos e Incremento de Renda

Os investimentos e os incrementos de renda para os Projetos A e B são apresentados nas tabelas 1 e 2, respectivamente. Essas tabelas refletem as ca-

* PROJETO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO – tipo de projeto integrado para áreas há habitadas.

TABELA 1

PROJETO A

INVESTIMENTOS E INCREMENTO DE RENDA

(Em Cr\$ 1.000)

Subprojetos	Anos					Investimento Total Atualizado
	1	2	3	4	5	
– Atividades Fundiárias (E ₁)	250,0	–	–	–	–	223,2
– Atividades Produtivas (E ₂)	60,6	23,6	12,6	12,6	12,6	97,1
– Infra-estrutura Básica (S ₁)	60,0	20,0	–	–	–	69,5
– Habitação (S ₂)	120,0	120,0	–	–	–	202,8
– Educação (S ₃)	30,0	20,0	–	–	–	42,7
– Saúde (S ₄)	8,0	–	–	–	–	7,1
– Associativismo e Participação (S ₅)	10,0	5,0	–	–	–	12,9
– Administração, Apoio e Acompanhamento, Assistência Técnica (A)	20,0	8,0	8,0	8,0	8,0	39,6
– Incremento da Renda (R)	–	302,6	302,6	302,6	302,6	820,7

TABELA 2
PROJETO B
INVESTIMENTOS E INCREMENTO DE RENDA

(Em Cr\$ 1.000)

Subprojetos	Anos					Investimento Total Atualizado
	1	2	3	4	5	
– Atividades Fundiárias (E ₁)	45,0	—	—	—	—	40,2
– Atividades Produtivas (E ₂)	42,5	15,0	10,0	10,0	10,0	69,0
– Infra-estrutura Básica (S ₁)	20,0	20,0	—	—	—	33,8
– Habitação (S ₂)	40,0	40,0	—	—	—	67,6
– Educação (S ₃)	10,0	5,0	—	—	—	12,9
– Saúde (S ₄)	—	—	—	—	—	—
– Associativismo e Participação (S ₅)	10,0	3,0	—	—	—	11,3
– Administração, Apoio e Acompanhamento, Assistência Técnica (A)	12,0	5,0	5,0	5,0	5,0	24,3
– Incremento da Renda (R)	116,4	116,4	116,4	116,4	116,4	419,6

racterísticas dos dois projetos, expostas acima. A título de exemplo, o Projeto A apresenta investimentos muito maiores em atividades fundiárias, em vista de se tratar de uma agrovila. Por outro lado, o incremento da renda também é muito maior, visto que dotação de terras é maior por beneficiário, além de os solos serem de melhor qualidade, em área ainda virgem. Também são maiores no Projeto A os investimentos em infra-estrutura básica, habitação, educação, saúde e associativismo e participação, bem como os gastos em administração, apoio e acompanhamento e assistência técnica.

4.3. Integração

Os dois projetos apresentam, do ponto de vista da integração, as seguintes características:

PROJETO A

- Beneficiários dos subprojetos “Promoção do Emprego e da Renda”, “Infra-estrutura Básica”, “Saúde”, “Associativismo e Participação”: 10 famílias.
- Beneficiários de todos os 7 subprojetos (“Atividades Fundiárias”, “Promoção do Emprego e da Renda”, “Infra-estrutura Básica”, “Habitação”, “Saúde”, “Associativismo e Participação”): 150 famílias.

Dessa forma, o Indicador de Integração apresenta, no caso do Projeto A, o seguinte valor:

$$I_A = \frac{10^4 + 150^7}{160^7} = 0,64$$

PROJETO B

- Beneficiários dos subprojetos “Promoção do Emprego e da Renda”, “Infra-estrutura Básica”, “Associativismo e Participação”: 15 famílias.
- Beneficiários dos subprojetos “Infra-estrutura Básica”, “Educação”, “Saúde”, “Associativismo e Participação”: 15 famílias.

- Beneficiários dos subprojetos “Atividades Fundiárias”, “Promoção do Emprego e da Renda”, “Infra-estrutura Básica”, “Habitação”, “Educação”, “Saúde”, “Associativismo e Participação”: 130 famílias.

No caso do Projeto B, o indicador de integração apresenta, portanto, o seguinte valor:

$$I_B = \frac{15^3 + 15^4 + 130^7}{160^7} = 0,23$$

4.4. Participação

A participação da comunidade, sob a forma de trabalho, segundo os conceitos discutidos antes, realiza-se no seguinte contexto e com estes resultados:

PROJETO A

Necessidades de Trabalho: (em homem-dia)	58.290
Desmatamento	16.000
Construções:	42.290
– Cercas	300
– Galpões	1.500
– Casas	32.000
– Sistema Simplificado de Abastecimento d'água	300
– Saneamento Simplificado	1.440
– Ruas e Estradas de Acesso	5.000
– Escola	1.000
– Posto de Saúde	250
– Creche	500
Capacidade Total de Trabalho na Comunidade:	
(homem-dia por ano)	96.000
Disponibilidade de Trabalho para o Projeto:	
(homem-dia por ano)	16.000

Supõe-se que as necessidades de trabalho do projeto se distribuem da seguinte maneira:

	<u>1o. ano</u>	<u>2o. ano</u>	<u>3o. ano</u>
Homem-dia	38.860	19.430	58.290

Por outro lado, supõe-se que, em virtude do esforço para promover a participação, a contribuição da comunidade sob a forma de trabalho pode ser a seguinte (em homem-dia):

	1o. ano	2o. ano	Total
Trabalho remunerado	12.000	10.000	22.000
Trabalho não-remunerado	4.000	6.000	10.000
Total	16.000	16.000	32.000

Com esses dados, pode-se calcular o valor de $\frac{G}{T}$ e $\frac{P}{T}$:

$$\frac{G}{T} = \frac{10.000}{58.290} = 0,17$$

$$\frac{P}{T} = \frac{22.000}{58.290} = 0,38$$

PROJETO B

Necessidades de Trabalho (em homem-dia)	13.990
Desmatamento	0
Construções:	13.990
– Cercas	0
– Galpões	1.500
– Casas	10.000
– Sistema Simplificado de Abastecimento d'Água	300
– Saneamento (simplificado)	1.440
– Escola	250
– Posto de Saúde	0
– Creche	500
Capacidade Total de Trabalho na Comunidade: (Homem-dia por ano)	96.000
Disponibilidade de Trabalho para o Projeto: (Homem-dia por ano)	16.000

Supõe-se que as necessidades de trabalho do projeto se distribuem da seguinte maneira:

	<u>1o. ano</u>	<u>2o. ano</u>	<u>Total</u>
Homem-dia	12.115	1.875	13.990

Por outro lado, supõe-se que, em virtude do esforço para promover a participação, a contribuição da comunidade sob a forma de trabalho pode ser a seguinte (em homem/dia):

	<u>1o. ano</u>	<u>2o. ano</u>	<u>Total</u>
Trabalho remunerado	6.000	1.000	7.000
Trabalho não-remunerado	3.000	—	3.000
Total	9.000	1.000	10.000

Com esses dados, os valores de $\frac{G}{T}$ e $\frac{P}{T}$ serão

$$\frac{G}{T} = \frac{3.000}{13.990} = 0,21$$

$$\frac{P}{T} = \frac{7.000}{13.990} = 0,50$$

4.5. Cálculo do Valor do Critério

O cálculo do valor do critério far-se-á com base nas variáveis das Tabelas 1 e 2, que se acham codificadas da seguinte maneira:

S_1 : Infra-estrutura Básica

S_2 : Habitação

S_3 : Educação

S_4 : Saúde

S_5 : Associativismo e Participação

$S = S_1 + S_2 + S_3 + S_4 + S_5$

A : Administração, Apoio e Acompanhamento, Assistência Técnica

E_1 : Atividades Fundiárias

E_2 : Atividades Produtivas

$E = E_1 + E_2$ (Promoção do Emprego e da Renda)

$D = S + A + E$

R : Incremento da Renda

Além dessas, devem-se considerar, também, as seguintes variáveis e relações:

N : Número Total de Beneficiários

I : Indicador de Integração

$\frac{G}{T}$: Indicador de Participação (sob a forma de trabalho não-remunerado)

$\frac{P}{T}$: Indicador de Internação (sob a forma de trabalho remunerado)

$1 - \frac{A}{D} = (1 - \alpha)$: Indicador de Aplicação

O critério usado para a avaliação será:

$$C = NI \frac{R}{S + A + E} (1 - \alpha) \left(1 + \frac{G}{T}\right)$$

Caso a aplicação do critério acima resulte em igualdade entre os dois projetos, poder-se-á recorrer à seguinte versão do critério:

$$C' = NI \frac{R}{S + A + E} (1 - \alpha) \left(1 + \frac{G}{T} + \frac{P}{T}\right)$$

PROJETO A

No Projeto A, os valores das variáveis e relações são os seguintes:

N : 160

I : 0,64

R : 820,7

S : 335,0

A : 39,6

E : 320,3

$(1 - \alpha)$: 0,94

$\frac{G}{T}$: 0,17

Tem-se, portanto, o seguinte valor para o critério:

$$C = 160 \times 0,64 \times \frac{820,7}{335,0 + 39,6 + 320,3} \times 0,94 \times 0,17 =$$

$$= 160 \times 0,64 \times 1,18 \times 0,94 \times 0,17 = 19,3$$

Cálculo do valor do critério – Projeto B

$$C = NI \frac{R}{S + A + E} (1 - \alpha) \left(1 + \frac{G}{T}\right)$$

N : 160

I : 0,23

R : 419,6

S : 125,6

A : 24,3

E : 109,2

$(1 - \alpha)$: 0,91

$\frac{G}{T}$: 0,21

O valor do critério será, portanto, o seguinte:

$$C = 160 \times 0,23 \times \frac{419,6}{125,6 + 24,3 + 109,2} \times 0,91 \times 0,21 =$$

$$= 160 \times 0,23 \times 1,62 \times 0,91 \times 0,21 = 11,4$$

Em conclusão, o critério atribui ao Projeto A um valor de 19,3, o que o torna superior ao Projeto B, ao qual é atribuído um valor de 11,4.

5. CONCLUSÕES

O critério proposto mostrou ser aplicável a exemplos construídos com a preocupação da fidelidade à experiência real.

O Indicador de Integração é extremamente sensível e influi acentuadamente no valor do critério. Em princípio, isso não é mau, dada a importância que se atribui à integração.

Estão presentes no tipo de projeto estudado algumas características que vêm recebendo atenção e aprovação crescentes por parte da sociedade brasileira e que são a ênfase no “social”, sem faltar com a necessária atenção ao “econômico”; a participação e, através dela, a auto-ajuda da comunidade, enquanto meio de mobilizar os recursos disponíveis sob a forma de força de trabalho ociosa ou subempregada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CONTADOR, Cláudio Roberto. **Avaliação social de projetos**. São Paulo, Atlas, 1981.
2. COTTA, Allain. **Dicionário de economia**. 2a. ed. Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1976, pp. 400-01.
3. NURKSE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1957.
4. PROCANOR. **Diretrizes gerais e específicas**. Recife, SUDENE, 1980.

Abstract: This paper discusses some ideas about a method to evaluate a special category of projects, which integrates economic and social actions aimed at the improvement of the living standard of poor communities in a rural environment. It results from work and experience during the period 1980-84 in PROCANOR, a social program set up by the Brazilian government in the coast sugar cane zone of Northeast Brazil. The method was designed for the program as a practical instrument to guide project elaboration and evaluation, according to the criteria and total amount of resources which were politically defined. The method tries to gather in a simple measure the criteria requirements, as the efficient use of public resources, the integration of economic and "social" interventions, the participation of communities and their contribution to project resources, by means of self-aid schemes.

